

## ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Comissão Permanente de Licitação" <cpl.semcomp@gmail.com>  
Para: cpl@pmsg.rj.gov.br  
Data: 06/07/2022 10:26  
Assunto: Fwd: Esclarecimentos ao Edital de Concorrência Pública Nº 011/2022  
Anexos: image001.jpg (6 KB)  
image004.jpg (5 KB)

----- Forwarded message -----

De: <juridico@statledbrasil.com.br>  
Date: ter, 5 de jul. de 2022 às 17:03  
Subject: Esclarecimentos ao Edital de Concorrência Pública Nº 011/2022  
To: <cpl.semcomp@gmail.com>

Prezados Srs.,

Nos termos do Item **1.4** do Edital de Concorrência Pública nº 011/2022 solicitamos os seguintes esclarecimentos acerca do mesmo:

1. Não localizamos no Edital supramencionado a Classificação Viária do Município. Como se sabe uma iluminação pública eficiente e eficaz tem que ser parametrizada de acordo com essa Classificação, conforme consta nas Normas da ABNT NBR 501.  
**PERGUNTA:** o município disponibilizará tais informações?

2. Da mesma forma, não localizamos o Cadastro Georreferenciado do Município datado de 2011 conforme consta no Edital e no Projeto Básico.

**PERGUNTA:** o município disponibilizará esse Cadastro Georreferenciado?

3. No Item **6.4.1.2** alínea ?c? faz referência aos ?requisitos técnicos estipulados nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do presente documento?. Não localizamos no Edital tais itens. Só constam os itens 3.1. e 3.2, que tratam do prazo e do regime de execução contratual. Uma vez que trata de documentação técnica de habilitação indispensável, vem a **PERGUNTA:** onde se encontram esses itens tão importantes para a habilitação técnica?

4. No Edital. Item **4.9.1** veda a participação de empresas em consórcio. No entanto, no Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar admitem essa possibilidade, tornando sua compreensão no todo muito confusa.

**PERGUNTA:** afinal, qual dos documentos é o correto?

5. No Item **6.4.3.1** do Edital alínea ?c? assim consta:

**6.4.3.1** A empresa deverá apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s), e preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

a) A parcela de maior relevância técnica do objeto licitado é:

a.1) Prestação de serviço de Gestão Plena de ativo de iluminação pública, de acordo com as características do serviço estipulada nos itens **3.1, 3.2 e 3.3 do presente documento**, dotado de ativo mínimo de 33.862 (trinta e três mil,

oitocentos e sessenta dois) pontos; **(Grifo nosso).**

**PERGUNTA:** onde se encontram esses itens tão importantes para a habilitação técnica?

6. Da mesma forma, no Item **6.4.3.1** alínea ?b? do Edital assim consta:

b) Comprovação de experiência técnica-operacional anterior na execução de prestação de serviços congêneres ao objeto em questão, vide qualificação técnica operacional mínima estipula ao item 14.3, alínea ?a?, pelo prazo contínuo de no mínimo 02 (três) anos consecutivos.

**PERGUNTA:** como não localizamos o item 14.3, alínea ?a? no Edital, onde se encontra esse item tão importante para a habilitação técnica? O prazo do Contrato oriundo da presente licitação é de 1 (um) ano, pedir comprovação pelo prazo de 2 (dois) anos não é um exagero assimétrico, como já preconizado pelo TCE?

7. Da mesma forma, no Item 6.4.3.1 alínea ?c? do Edital assim consta:

c) Certidão de regularidade ambiental operacional, emitida por órgão competente de jurisdição à sede da licitante, comprovando a regularidade ambiental da mesma em seu ramo de atividade congêneres ao objeto da presente licitação.

É público e notório que a atividade de iluminação pública, particularmente no que tange a tecnologia LED é não poluente. Somente a retirada de elementos do parque antigo é ambientalmente perigosa, para tanto se requer o uso de logística reversa. **PERGUNTA:** qual licença ambiental é requerida especificamente neste caso?

8. No Item **6.4.2** no entendimento dessa Comissão, em se tratando de empresa classificada como **S.A.** um balanço na ?forma da Lei? o balanço patrimonial devidamente registrado (art 289, caput § 5º da Lei Federal nº 6404/76), publicado em Diário Oficial. **PERGUNTA:** essa Comissão tem ciência da existência da Lei Complementar nº 182/2021, que alterou o artigo 16 da Lei Federal 6404/76? Um balanço apresentado por essa Lei Complementar será entendido por essa Comissão como ?na forma da Lei??

Atenciosamente,

Departamento Jurídico

[juridico@statledbrasil.com.br](mailto:juridico@statledbrasil.com.br)

+55 21 3272-0052

Av. José de Azevedo, 200 - Bloco 2, Sala 404  
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/ RJ - 22775-056

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem e qualquer documento ou arquivo anexado contém informações confidenciais que são legalmente protegidas. Caso não seja o destinatário desta mensagem ou do seu conteúdo, fica desde já ciente que qualquer divulgação, cópia ou uso de qualquer informação contida ou anexa a esta mensagem é estritamente proibida. Neste caso, solicitamos por gentileza que comunique-nos imediatamente, reencaminhando ao remetente desta mensagem ou pelo telefone (21) 3272-0052.

A opinião expressada neste e-mail é exclusiva do remetente e pode não refletir a opinião da empresa. A Statled não garante que esta mensagem e/ou o arquivo ou documento nele anexado estão livres de vírus ou outra condição que possa danificar ou interferir no funcionamento do equipamento. O destinatário assume todos os riscos pelo uso deste e-mail. A empresa se reserva o direito de monitorar todos os e-mails, mensagens e arquivos encaminhados por meio de seus computadores.

Esta mensagem e o seu conteúdo não devem ser interpretados para criar qualquer relação jurídica ou contratual entre a empresa e o destinatário.



Livre de vírus. [www.avg.com](http://www.avg.com).